

# Ministério Público do Maranhão: perfil histórico



## SEDES DA PROCURADORIA GERAL



Rua do Egito - Centro (1979-1994)



Rua Oswaldo Cruz - Centro (1994-2016)



Av. Carlos Cunha - Calhau (desde 2016)



Discurso da Procuradora-Geral de Justiça *Elimar Figueiredo de Almeida Silva*  
em evento comemorativo do Dia Nacional do Ministério Público, 14.12.1993:

**“MAS O QUE VEM A SER MINISTÉRIO PÚBLICO?**

**POR QUE LHE ADVIERAM FOROS DE TAMANHA GRANDEZA NO TEXTO CONSTITUCIONAL?**

**PERMITAM-ME OS SENHORES QUE ANTES PROCEDA A UM BREVE ESCORÇO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO,  
PERQUIRINDO-LHE AS ORIGENS ATÉ OS DIAS ATUAIS.”**

**LINHA DO TEMPO**



1619 É Criada a Ouvidoria Geral do Maranhão



Mapa do Maranhão, anos 1620

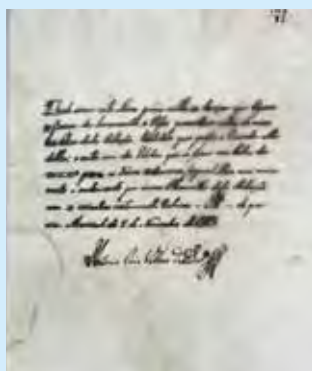


São Luís-MA, anos 1640



Casarão dos Belfort, anos 1750

1813 No Tribunal da Relação, dois desembargadores são o Procurador da Coroa e da Fazenda e o *Promotor da Justiça*, com função acusatória



Termo de instalação do Tribunal da Relação



Antônio Rodrigues Veloso, 1º Chanceler da Relação



Pelourinho inaugurado na Capital em 1815

## NO MARANHÃO, A JUSTIÇA DE SUA MAJESTADE, O REI DE PORTUGAL

Na Colônia, separada do Estado do Brasil (1626), têm exercício os procuradores da Coroa e da Fazenda, agentes do Rei subordinados aos principais dirigentes. Pelas Ordenações do Reino, as funções de investigar, acusar e julgar concentram-se em um só órgão ou funcionário. Segue-se à transladação da família real portuguesa para o Brasil (1808) a criação e instalação da Relação da Cidade de São Luís do Maranhão, 3º tribunal brasileiro.

## 1619 - 1821: REINO DE PORTUGAL / REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES



Brasão do Reino de Portugal



Magistrado da época



Sua Majestade D. João VI

**1833** A primeira nomeação para Promotor no Maranhão (20.05) recaí sobre o bacharel *Francisco Correa Leal* (Capital)



*Ata da sessão de nomeação de Francisco Corrêa Leal*



*Autógrafo do 1º Promotor Público*



*Rua do Trapiche, 199 (São Luís-MA, 1829)*



*Mapa do Maranhão dividido em comarcas (1838)*

## O PRIMEIRO PROMOTOR PÚBLICO DO MARANHÃO

Independente o Brasil (1822), aderente o Maranhão ao Império do Brasil (1823), promulgada a Constituição do Império (1824) e vigente o Código de Processo Criminal (1832), criando este um Promotor Público para atuação criminal em cada cidade ou vila, o Conselho Provincial divide o Maranhão em comarcas (até então, era uma só) e faz a primeira nomeação para Promotor dentre lista tríplice oriunda da Câmara da Capital, recaíndo sobre o bacharel Francisco Correa Leal.

## 1822-1840: A JUSTIÇA DO IMPERADOR DO BRASIL



*D. Pedro proclama a Independência do Brasil*



*Coroação de D. Pedro I*



*Sua Majestade D. Pedro I*

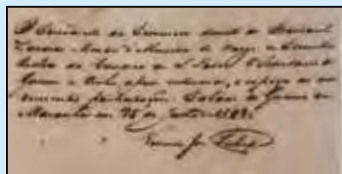


*Brasão do Império na capa da Constituição do Brasil*



*Desembargadores chegando ao tribunal*

1842 Demissão do promotor Cândido Mendes (25.07)

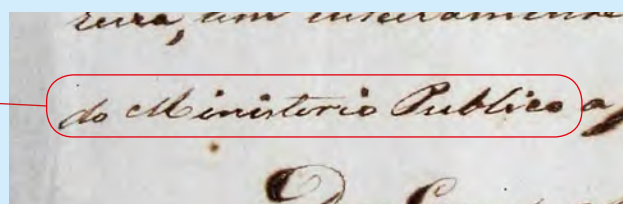
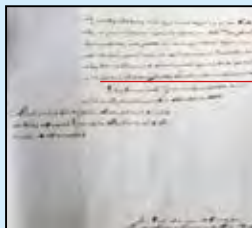


Ato de demissão

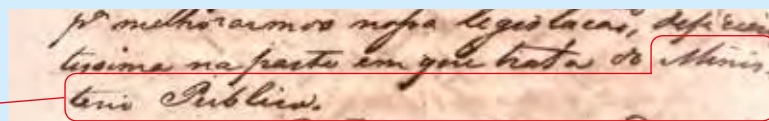
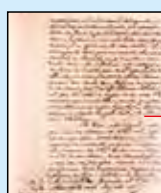


Cândido Mendes

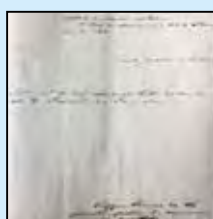
1856 Referência pioneira do promotor Xavier da Cunha ao Ministério Público



1857 Segunda referência de um promotor (Antônio Gaioso) ao Ministério Público



1868 Exoneração de Felipe Franco de Sá



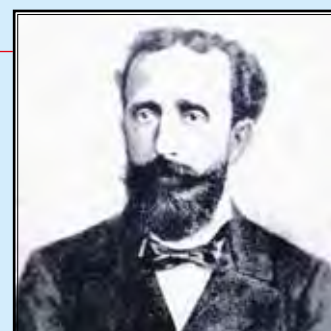
Defesa da independência funcional (página final)



Brasão Imperial na Casa da Praça (1855)



Largo do Palácio, São Luís-MA, 1860



## A AFIRMAÇÃO DO OFÍCIO EM MEIO ÀS PERSEGUIÇÕES

Reforma processual extingue a lista tríplice para nomeação de Promotor (1841). Entre as exonerações políticas dos promotores Cândido Mendes de Almeida e Felipe Franco de Sá (Capital), este defendendo, pioneira e publicamente, a sua independência funcional, João Dias Xavier da Cunha (Pastos Bons) e Antônio de Brito de Sousa Gaioso (Capital) dirigem-se ao Presidente da Província citando o seu ofício como *Ministério Público*, 18 anos antes de oficializar-se a expressão.

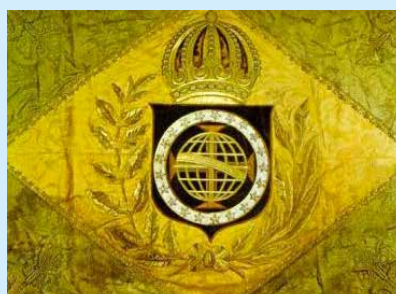
## 1841-1878: NO SEGUNDO REINADO, A IDENTIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM GESTAÇÃO



D. Pedro II, rei adolescente



Regulamento das Relações (1874), 1º diploma legal a referir-se ao Ministério Público

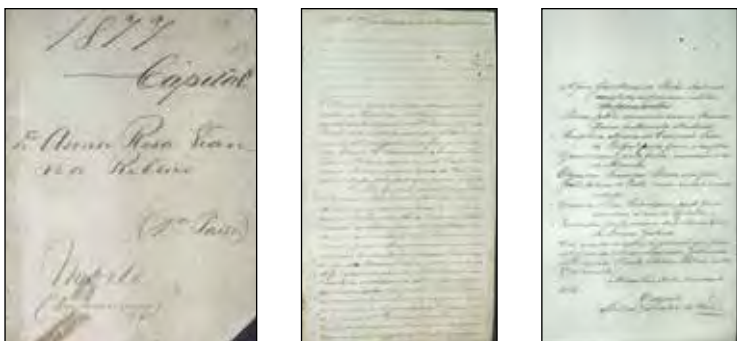


Bandeira do Império

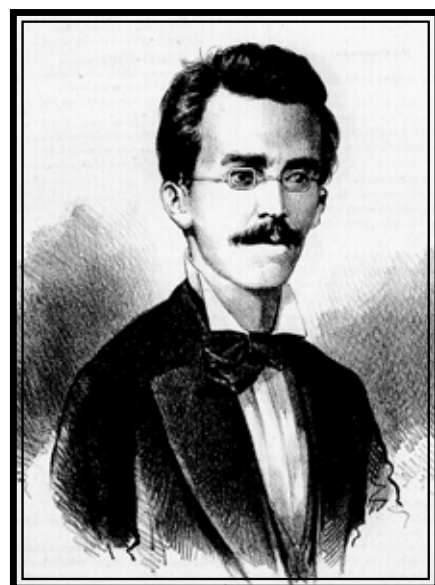


Sua Majestade D. Pedro II

1876 O Adjunto do Promotor da Capital denuncia D. Ana Rosa (30.11)



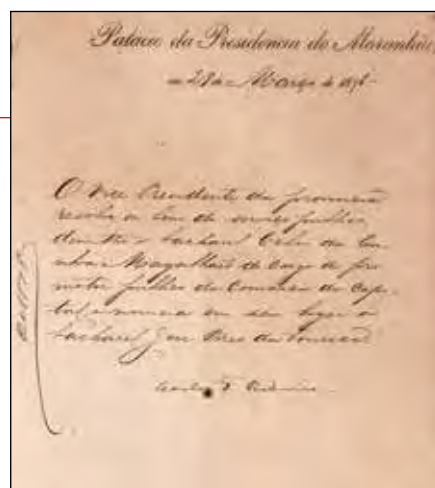
1877 O Promotor Celso Magalhães recorre da impronúncia de D. Ana Rosa (29.01) e da absolvição (22.02) ao Tribunal da Relação



Celso Magalhães em gravura da época de sua morte, junho de 1879

1878 Demissão de Celso Magalhães, injustamente, "a bem do serviço público" (29.03)

São Luís-MA, 1864



## MÁXIMO DESTEMOR E DEMISSÃO INFAMANTE

Reforma processual institui o Adjunto de Promotor e o inquérito policial (1871). O Promotor da Capital, Celso Tertuliano da Cunha Magalhães, é incansável na acusação a D. Ana Rosa Viana Ribeiro, esposa do chefe do Partido Liberal, Dr. Carlos Ribeiro, e homicida do menino escravo Inocência, conseguindo levá-la, presa, a júri, mas o veredicto é absolutório. Intelectual festejado, é demitido do cargo por ato de Carlos Ribeiro, um dia após o político assumir a Presidência da Província.

## 1841-1878: NO SEGUNDO REINADO, A IDENTIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM GESTAÇÃO



1891 (04.07) A Constituição Estadual institui o Ministério Público



SEÇÃO VII  
Do ministerio publico e serventuarios de justiça.

Art. 89. O ministerio publico terá por órgãos um procurador geral de Estado, um promotor em cada comarca e um adjuncto de promotor em cada districto.

§ 1.º O procurador geral e o promotor serão nomeados pelo Governador, o primeiro dentre os membros do Superior Tribunal e o segundo dentre os cidadãos graduados em direito.

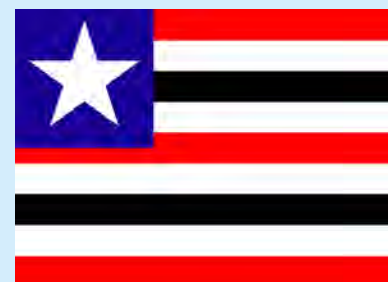
§ 2.º O procurador geral exercerá o cargo por dous annos e o promotor enquanto bem servir.

§ 3.º O adjuncto será nomeado pelo juiz de direito da comarca e conservado em quanto bem servir.

§ 4.º O procurador geral durante o tempo de seu exercicio não funcionará no tribunal superior como julgador.

Art. 90. Haverá perante o superior tribunal de justiça em cada districto tantos serventuarios de justiça quantos forem necessarios.

§ Unico. Serão nomeados vitaliciamente, pelo Superior Tribunal os que tiverem de servir perante elle e pelos juizes de direito os dos districtos de sua comarca.



1891 (27.08) O desembargador José Jansen Ferreira Júnior é nomeado Procurador-Geral do Estado, 1º chefe do MP



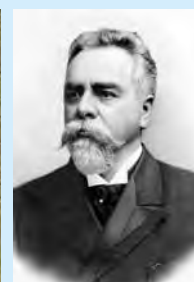
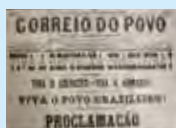
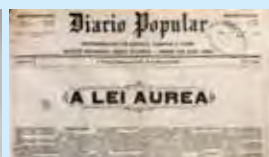
Largo do Palácio, São Luís-MA, anos 1890



## A AURORA INSTITUCIONAL

Abolida a Escravatura (1888) e proclamada a República (1889), surge o Ministério Público Federal, por decreto da lavra de Campos Sales, Ministro da Justiça (1890); são promulgadas a Constituição da República (1891) e a Constituição do Maranhão, que institui o Ministério Público Estadual e o Procurador-Geral do Estado como seu representante máximo, escolhido dentre membros do Superior Tribunal de Justiça do Estado.

## 1879-1891: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA



1

2

3

4

**1892** Nova Constituição Estadual (28.07) permite que os Procuradores-Gerais sejam escolhidos dentre bacharéis de um modo geral

**1893** Antonio Martiniano Lapemberg, famoso advogado, é nomeado Procurador-Geral do Estado (05.01), segundo chefe do MP



**1914** João de Lemos Viana, Promotor da Capital, é exonerado (04.05)

**1916** Montano de Alencar Araripe, Promotor de Carolina, é também exonerado (22.11)

**1919** (29.03) Lei de reorganização judiciária volta a exigir que o Procurador-Geral seja nomeado dentre os membros do STJ do Estado

(20.06) Lemos Viana é reintegrado ao cargo por decisão judicial, com direito a vencimentos atrasados

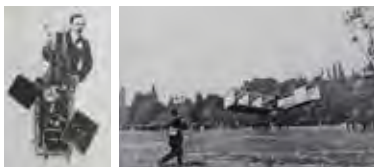
**1922** Alencar Araripe, já na magistratura, obtém, finalmente, sentença favorável (abril)



## EXONERAÇÕES ILEGAIS E RESPECTIVAS ANULAÇÕES JUDICIAIS

Sob a vigência da 2ª Constituição Estadual (1892), reformada duas vezes (1898 e 1904), Procuradores-Gerais deixam de ser escolhidos dentre desembargadores, Promotores Públicos são destituídos dos seus cargos por atos do governador Herculano Parga (1914-1917) sem justificativa, seguindo-se demandas pela reintegração, propostas pelos prejudicados e acatadas, anos depois, pela Justiça. Após nova Reforma da Constituição Estadual (1919), que silenciou sobre a matéria, mas em conformidade com nova lei de organização judiciária que se seguiu, o Procurador-Geral volta a ser nomeado dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça do Estado, restaurando obrigatoriedade abolida em 1892.

## 1892-1930: PRIMEIRA REPÚBLICA, TEMPO DE AGITAÇÃO CULTURAL E POLÍTICA



Santos Dumont inventa o avião



Vida moderna:  
passeio de  
automóvel



Machado  
de Assis,  
morto  
em 1908



Rui Barbosa (2º)  
e o maranhense  
Urbano Santos (último)



Organizadores da  
Semana de  
Arte Moderna  
(São Paulo, 1922)



Os 18 do Forte de  
Copacabana  
rumo à morte (1922)



Coluna  
Prestes  
(1924-1927)

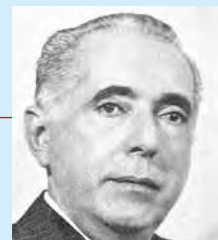
**1935** (Junho) O promotor **Newton de Barros Bello** (Rosário) é reintegrado ao cargo após anulada pelo Governador a exoneração arbitrária ocorrida em 1934



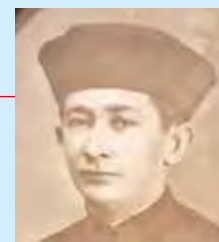
(03.07) A advogada **Maria da Conceição Amorim Motta** é nomeada, pioneiramente, para a 3ª Promotoria da Capital



(23.07) O advogado e jornalista Raul Soares Pereira é o primeiro Procurador-Geral não desembargador desde 1919



(19.10) O promotor **Edson da Costa Brandão** (Capital) é o 1º membro do MP nomeado Procurador-Geral



**1936** (11.03) O promotor **Thales do Amarante Ribeiro Gonçalves** (Caxias) é reintegrado judicialmente ao cargo após exoneração arbitrária ocorrida em 1935



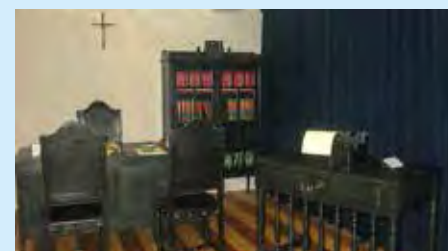
(02.07) O governador **Aquiles Lisboa** perde o cargo por impeachment fundado em várias ilicitudes, inclusive a exoneração de Thales Ribeiro Gonçalves



Revolucionários de 1930 no MA.  
Sentados, Reis Perdigão, Padre Astolfo Serra  
e Tarquínio Lopes Filho



Deputados estaduais constituintes de 1935



Reconstituição do gabinete  
do Procurador-Geral do Estado em 1935

## AVANÇOS E INQUIETAÇÕES NO MP

A Revolução de 1930 leva Getúlio Vargas ao poder. Promulgada nova Constituição, com seção para o Ministério Público (1934). O gov. Aquiles Lisboa anula exonerações injustas e nomeia a primeira promotora do Maranhão, Maria da Conceição Motta. A Procuradoria Geral desvincula-se da cúpula do STJ/MA. Promulgada a nova Constituição Estadual, Edson Brandão é o 1º promotor nomeado Procurador-Geral (ficará no cargo até 1948). Aquiles Lisboa exonera promotor ao arrepió da Constituição Estadual, mas perde o cargo, entre outros motivos, por esse ato arbitrário.

## 1930-1937: A ERA VARGAS – PRIMEIRA FASE



Revolução de 1930: presid.  
Washington Luiz é deposto



Revolução de 30:  
o gaúcho Getúlio Vargas a caminho da capital federal



Revolução de 30:  
gaúchos amarram cavalos em obelisco no Rio de Janeiro



Revolução de 30: Getúlio Vargas assume o governo da República



Assembleia Nacional Constituinte de 1934: aspecto de uma sessão



Olga Benário Prestes é mandada para o holocausto nazista (1936)



1939 São publicadas as Instruções para o Concurso de Promotor Público do Maranhão (21.02)

1940 Publica-se o edital para o primeiro concurso (23.08)

1941 (08-23.08) O certame é realizado com oito candidatas e figuram duas mulheres entre os quatro aprovados e nomeados (22.11): *Arcelina Rodrigues Mochel*, em 1º lugar, para a Promotoria de Pinheiro; e Aurora Correia Lima, em 3º, para a de Flores



*Arcelina Rodrigues Mochel, que também foi a primeira mulher a exercer o cargo de Promotor Público em comarca do interior do Maranhão (1937)*



*Aurora Correia Lima, primeira mulher a assumir o cargo de Promotor Público na condição de concursada no Maranhão*



*Paulo Ramos, governador e interventor federal no Maranhão (1936-1945). À direita, segurando o chapéu, o ministro Oswaldo Aranha e, adiante, o padre Astolfo Serra*

## O PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NO MP

Realiza-se o primeiro concurso público de âmbito nacional (2º sem/1937), conforme exige a Constituição de 1934. Getúlio Vargas institui a ditadura do Estado Novo e “decreta” nova Constituição (10.11.1937). Reorganização judiciária estadual (30.12.37) exige aprovação em concurso público para a nomeação dos promotores. A Procuradoria Geral do Estado realiza o primeiro concurso (1940-41). Entram em vigor os novos códigos penal e de processo penal, conferindo ao Ministério Público a iniciativa da ação penal pública e o poder de requisitar inquérito policial e diligências investigatórias.

## 1937-1945: A ERA VARGAS – ESTADO NOVO



*O bando de Lampião é dizimado (1938)*



*Carmen Miranda começa a fazer sucesso fora do Brasil (1939)*

1947 Promulgada nova Constituição Estadual, estabelecendo que os vencimentos do Promotor não podem ser inferiores a dois terços do que perceba o juiz perante o qual servir (28.07)



Deputados estaduais constituintes de 1947



Promulgação da Carta Estadual

1951 Editada a Lei Estadual n. 714, primeira lei local exclusiva sobre o Ministério Público, uma espécie de estatuto embrionário (20.12)



Avenida D. Pedro II (Largo do Palácio), anos 1950

## VALORIZAÇÃO DOS PROMOTORES PÚBLICOS

Redemocratizado o País, é, com um título exclusivo sobre o Ministério Público, promulgada nova Constituição da República (1946), sob a égide da qual também entra em vigor nova Constituição Estadual do Maranhão e a primeira lei estadual exclusiva sobre o Ministério Público, na esteira da Lei Federal n. 1.341 (1951), que organizou o Ministério Público da União.

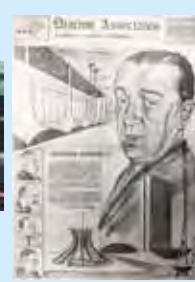
## 1946-1964: ESTADO DE DIREITO



Vargas novamente no poder



Campeão mundial, 1958



Jânio Quadros e João Goulart

**1967** Entra em vigor nova Constituição Estadual (15.05), que **cria a Procuradoria Geral de Justiça**, órgão de chefia do Ministério Público – tratado este em título próprio, que lhe atribui garantias de estabilidade e irredutibilidade de vencimentos e consagra conquistas legais obtidas desde 1935. Esmaragdo de Sousa e Silva é imediatamente nomeado primeiro Procurador-Geral de Justiça. **Existem 3 Procuradores de Justiça e 34 Promotores de Justiça, sendo 4 na Capital**

**1970** A uma nova Constituição Federal (1969) que coloca o Ministério Público no capítulo do Poder Executivo, promulgada pelos ministros militares sob a vigência do Ato Institucional nº 5 (1968), que endurecera o regime de exceção, segue-se a Constituição Estadual (28.02), sem alteração significativa quanto ao MP



*José Sarney, Governador do Estado do Maranhão*



*Esmaragdo de Sousa e Silva,  
1º Procurador-Geral de Justiça*

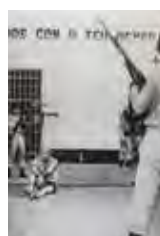


*Governador Sarney recebe o presidente Castelo Branco  
e o futuro presidente Geisel no MA*

## O INÍCIO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Após o golpe de estado de 1964, entra em vigor, sob uma ditadura militar, nova Constituição Federal (1967), inserindo o Ministério Público como seção do capítulo do Poder Judiciário, à qual se segue a Constituição Estadual, resultado de projeto encaminhado à Assembleia Legislativa pelo governador José Sarney. Ainda assim, determina, como proposto pelo Procurador-Geral do Estado, Esmaragdo de Sousa e Silva, que a chefia do Ministério Público fique separada da advocacia do Estado.

## 1964-1970: ANOS DE CHUMBO – PRIMEIRA PARTE



*Tricampeão mundial, 1970*

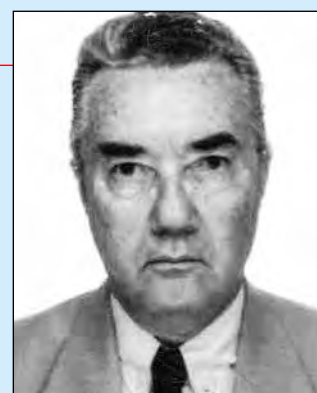
1971 (04.01) É fundada a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão-**AMPEM**

(27.08) É editada a Lei nº 3.161-B, 1ª Lei Orgânica do Ministério Público, mudando o nome do cargo inicial da carreira, de Promotor Público para **Promotor de Justiça**, e instituindo o Conselho Superior do MP como órgão máximo de gestão e correição

1973 É editada a Lei nº 3.354 (25.05), 2ª LOMPE, que extingue o Conselho Superior e cria a Corregedoria Geral do MP. **José de Ribamar Araújo**, membro da Instituição, é o primeiro Corregedor-Geral nomeado

1979 (Março-setembro) O procurador-geral **Fernando José Machado Castro** transfere a Procuradoria Geral, de uma sala do Tribunal de Justiça, para um prédio alugado na Rua do Egito

(13.12) É editada a Lei nº 4.139, 3ª LOMP, que restabelece o Conselho Superior, cria o cargo de Promotor de Justiça Substituto para o ingresso na carreira e estabelece a prerrogativa do uso de instalações próprias e condignas no fórum de cada comarca



Sede da Procuradoria Geral de Justiça na Rua do Egito - Centro, São Luís-MA

## SEGUE A MARCHA PELA AUTONOMIA: NORMATIVA PRÓPRIA E SEDE SEPARADA

Apesar do regime de exceção vigente, surge a entidade de classe dos membros do Ministério Público Estadual. Entra em vigor a Lei Orgânica do MP Estadual, promulgada pelo governador Pedro Neiva de Santana. Advém o novo Código de Processo Civil (1973), conferindo direito de ação e função de fiscal da lei ao MP. O mesmo governador faz aprovar nova Lei Orgânica. Pela primeira vez em sua história, o órgão de chefia do MP vai para um prédio fora do Judiciário. O governador João Castelo Ribeiro Gonçalves, argumentando necessidade administrativa, após "auscultar a classe ministerial reunida em congresso", faz aprovar a 3ª Lei Orgânica.

## 1971-1980: ANOS DE CHUMBO – SEGUNDA PARTE



1 - Jornalista morto sob tortura (1975)  
2 - Jurista clama por democracia (1977)  
3 - João Figueiredo, último general presidente, assume em 1979



1



2



3



Anistiado, preso político volta para casa



Ulysses Guimarães enfrenta o regime de exceção

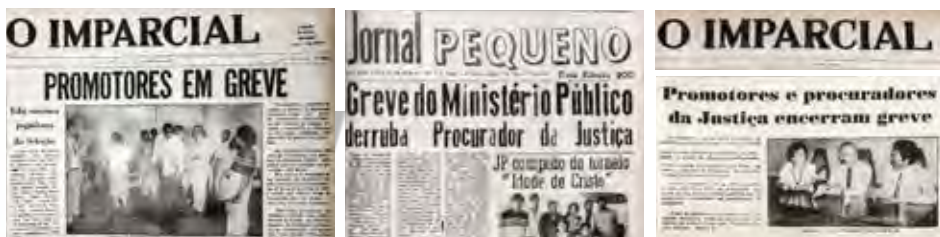


Militares na última etapa do regime

**1982** Ao final da gestão do procurador-geral Roque Macatrão (11.02), as Promotorias da Capital estão em prédio alugado na Rua de Nazaré/Centro (não mais dentro dos cartórios judiciais) e haviam sido criados o Boletim Informativo da PGJ, o emblema do Ministério Público e a Biblioteca da Instituição



**1984 (Maio-junho)** Promotores e Procuradores de Justiça deflagram greve de grande repercussão, encampada pela Associação da classe (27.05), então presidida pelo procurador de justiça Raimundo Ferreira Marques. Reivindicam a edição da nova Lei Orgânica Estadual. Afinal, o governador Luiz Rocha cede e é encerrada a paralisação (01.06)



**(02.07)** O Governador promulga a Lei Delegada nº 156, 4ª LOMP, que cria o Colégio de Procuradores de Justiça, órgão máximo, mantendo o Conselho Superior. **Existem 15 cargos de Procurador de Justiça e 116 de Promotor de Justiça, sendo 21 na Capital**

**(24.09)** A procuradora de justiça **Elimar Figueiredo de Almeida Silva** assume o cargo de Corregedor-Geral, sendo a primeira mulher a exercê-lo



**1985 (22.01)** O Colégio de Procuradores de Justiça realiza o primeiro ato oficial de resgate da memória institucional: erige o promotor público Celso Magalhães à condição de *Patrono do Ministério Público do Estado do Maranhão*, sob proposta da corregedora-geral Elimar Figueiredo de Almeida Silva, e manda constar no anverso da Medalha do Mérito do Ministério Público, instituída em 1984, a efígie do homenageado

**(14.03-20.03)** Vagando o cargo de Procurador-Geral de Justiça, o membro mais antigo da Instituição, procuradora de justiça **Nea Bello de Sá**, exerce-o interinamente – primeira mulher na chefia do MP Estadual (interinidade que já ocorrera algumas vezes antes)



**1988** As Promotorias de Justiça da Capital passam a funcionar no Fórum Desembargador Sarney Costa, da justiça de 1ª instância da Capital, na Avenida Carlos Cunha/ Calhau, então inaugurado (04.09)

## RECLAMOS E ACENOS PELA DIGNIDADE DA INSTITUIÇÃO

Em 1981, surge a primeira Lei Orgânica Nacional do MP, que o define como *instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, assim como pela fiel observância da Constituição e das leis*, estabelecendo-lhe princípios e funções institucionais, e legitimidade para promover as ações penal e civil públicas. Em 1985, o MP ganha, por lei, legitimidade exclusiva para instaurar e presidir o inquérito civil, então criado, preparatório da ação civil pública, então disciplinada; e é promulgada emenda constitucional convocando a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1986, do I Encontro Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e Presidentes das Associações do Ministério Público, resulta a *Carta de Curitiba*, um anteprojeto constitucional sobre o MP.

## 1981-1988: DA DITADURA AO REGIME DEMOCRÁTICO



Campanha "Diretas Já" pelo restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República (1984)



O político Tancredo Neves é o último presidente eleito indiretamente, porém morre antes da posse. O vice José Sarney assume a Presidência (1985)



Para enfrentar a inflação galopante, o governo cria o Plano Cruzado, que, entretanto, não se revela eficaz (1986-1987)

**1989** Promulgada nova Constituição Estadual (05.10), assume a Procuradoria Geral (06.10), nomeada pelo governador Epitácio Cafeteira em sinal de respeito à Constituição, a procuradora de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva. **Existem 21 Procuradores de Justiça e 108 Promotores de Justiça, sendo 20 na Capital**



**1990** Editada lei disciplinando a formação da lista tríplice, **Dra. Elimar Figueiredo de Almeida Silva** é o primeiro membro do MP eleito pela classe para chefá-lo, nomeada em 22.05. **Os cargos de Procurador de Justiça passam a ser 31 e os de Promotor de Justiça, 159, dos quais 21 na Capital**



**1991** Antecedente à nova Lei Orgânica Nacional, a Lei Complementar Estadual nº 13 (25.10), 5ª LOMP, extingue a figura do Adjunto de Promotor, existente há 120 anos; cria o cargo de Procurador-Geral Adjunto e a função de Diretor das Promotorias; elenca os órgãos auxiliares do MP, entre eles a Escola Superior e os Centros de Apoio Operacional; e confirma Celso Magalhães como Patrono do MP Estadual. **Sobe para 230 o número de cargos de Promotor de Justiça**

**1992** É lançada a revista *Juris Itinera* e inaugurada a sede própria da Promotoria de Justiça de Itapecuru-mirim, primeira construção do Ministério Público com recursos próprios em comarca do interior (19.12)



**1993** As Promotorias de Justiça da Capital passam a funcionar em uma ala da Casa do Trabalhador, prédio do Governo do Estado no Retorno do Calhau

**1994 (26.05) Jamil de Miranda Gedeon Neto** (Promotor da Capital), 1º Promotor de Justiça eleito pela classe para chefiar o MP, é empossado como Procurador-Geral. Logo iniciará a informatização do MP

**(30.06)** Atualização da LOMP pela Lei Complementar nº 21, compatibilizando-a à Lei Orgânica Nacional (1993) e dando outras providências

**(14.12)** No Dia Nacional do Ministério Público, são transferidas, do bangalô alugado da Rua do Egito e do seu anexo, para o prédio próprio da Rua Oswaldo Cruz, doado pelo Governo do Estado ao MP, as instalações da Procuradoria Geral de Justiça e da Corregedoria Geral – final feliz de um ciclo histórico exitoso



Última solenidade na sede antiga

Inauguração da nova sede

Primeira sede própria da Procuradoria Geral

## AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Promulgada a nova Constituição da República (05.10.1988), surge um novo Ministério Público sob os ideais da Carta de Curitiba, definido como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", com os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional; e com as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Para a nomeação do Procurador-Geral do Ministério Público de cada Estado, é estabelecida a escolha dentre lista tríplice de integrantes da carreira.



## 1988-1994: ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – FASE INICIAL



Encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1988)



Sai o titular e assume a Presidência o vice Itamar Franco



Manifestações populares contra o governo de Fernando Collor de Mello



O Plano Real, no governo de Itamar Franco, consegue finalmente debelar a escalada inflacionária (1994)



Presidente Fernando Collor de Mello afastado da Presidência da República

- **1996/1997** A Corregedoria Geral, na gestão de **Dr. Suvamy Vivekananda Meireles**, normatiza pela 1ª vez (07.03.96) a avaliação do estágio probatório (etapa para o vitaliciamento) e lança o *Manual de Recomendações aos Promotores de Justiça* (14.04.97)
- **1999** Inauguram-se o prédio das Promotorias de Justiça da Capital, ao lado do Fórum Des. Sarney Costa, e o Anexo Celso Magalhães, da PGJ, construídos com recursos próprios (14.12)
- **2004** Lei substitui o cargo de Procurador-Geral Adjunto por dois de Subprocurador-Geral (de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Administrativos) e cria os de Subcorregedor-Geral e de Promotor Corregedor (07.01). É criado o Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão (08.06), inaugurado o Memorial do MP na Rua do Giz/ Centro histórico da Capital e publicadas obras de história institucional (14.12)
- **2005** É criada a Ouvidoria do Ministério Público (03.06), sendo o procurador de justiça **Carlos Nina Everton Cutrim** o primeiro a chefiá-la (2005-2009). É instituído o Fundo Especial do MP Estadual-FEMPE (04.07), fonte adicional de recursos para atividades e programas de modernização da Instituição
- **2007** **Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho**, ex-Procurador-Geral, ex-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, então presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, é empossado em Brasília-DF (22.06) como membro do Conselho Nacional do Ministério Público
- **2016** É inaugurada, na gestão da procuradora-geral **Regina Lúcia de Almeida Rocha**, a nova sede própria da Procuradoria Geral de Justiça (10.06), ampla e moderna, na Avenida Carlos Cunha/Calhau, construída com recursos próprios, a partir de projeto elaborado na gestão do procurador-geral **Francisco das Chagas Barros de Sousa**, obra iniciada na gestão da procuradora-geral **Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro**
- **2017** São solenemente comemorados os 50 anos da PGJ (15.05) sob a coordenação do Procurador-Geral, promotor de justiça **Luiz Gonzaga Martins Coelho** (2º Promotor eleito pela classe para chefiar o MP). **Existem 31 Procuradores de Justiça e 302 Promotores de Justiça**
- **2018** **Existem 111 Promotores de Justiça na Capital.** Após profunda reforma, ampliação e modernização, é reinaugurada a sede das Promotorias de Justiça da Capital, sob a denominação de *Edifício Promotor Celso Magalhães*, em área contígua à do prédio da PGJ (15.03). Reconduzido Dr. Luiz Gonzaga Coelho à PGJ, o MP/MA ganha, pelo 2º ano consecutivo, o Prêmio CNMP na categoria Redução da Corrupção, com o projeto "O dinheiro do Fundef é da educação" (13.09). Inaugura-se o Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público (14.12), localizado no prédio onde fora a sede da PGJ até 2016, reformado e remodelado para abrigar vários órgãos.



## ATUALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



Banner do Ministério Público em 2018

Emenda Constitucional cria o Conselho Nacional do Ministério Público para controlar a atuação administrativa e financeira da Instituição e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros (2004). Bem-sucedido em inúmeros exemplos do exercício de suas funções institucionais, vários pioneiros e/ou com resultados positivos duradouros (alguns de repercussão nacional); com dezenas de programas e campanhas institucionais exitosos, razão de prêmios e distinções obtidos de organismos renomados; e notável também pela ocupação, por seus membros, de posições nacionais da Instituição, o MP do Maranhão tem vencido as adversidades da História, exhibe hoje um saldo de importantes realizações e representa, por toda essa luta, um alento à persistência do sonho de um mundo mais justo.



Vista aérea noturna da PGJ e das Promotorias

## 1995-2018: ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – OS NOSSOS DIAS



Presidente FHC (1995-2002)



Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, relator da Ação Penal 470 (Caso Mensalão); e sede da Procuradoria Geral da República em Brasília-DF



Sob pressão popular, a PEC 37, que pretendia cercar o poder de investigação criminal do MP, é derrotada na Câmara dos Deputados (25.06.2013)



2003 - 2018: avanços e recuos, protestos populares, impeachment e protagonismo do Sistema de Justiça nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer



## SEDES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ONDE FICAVA O GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



Sede do Superior Tribunal de Justiça do MA,  
Rua Formosa-Centro (1891)



Palácio Clóvis Beviláqua-Tribunal de Justiça,  
Av. D. Pedro II-Centro (1948-1979)

© 2019 by Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.  
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

### Ministério Público do Maranhão: perfil histórico.

Instrumento de divulgação do espaço multimídia do Memorial do MPMA,  
manifestação museológica do Programa Memória Institucional do MPMA.

### LINHA DO TEMPO DA HISTÓRIA DO MPMA

#### Idealização

Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça

#### Pesquisa, texto, seleção das ilustrações, concepção e sistematização

Washington Luiz Maciel Cantanhêde, Promotor de Justiça

#### Apoio pontual à pesquisa

Kelcilene Rose Silva, historiadora do Programa Memória, e equipe de estagiários  
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca/PGJ

#### Fotografias originais e cópias fotográficas

Merval de Jesus Gonçalves Filho

#### Fontes das imagens em cópia fotográfica

Documentos manuscritos e hemeroteca do Arquivo Público do Estado; hemerotecas da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite e da Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça; fotografias de acervos familiares; publicações do Programa Memória do MPMA e da AMPEM; ilustrações de obras de referência em história do Brasil e do Maranhão; e imagens disponíveis abertamente na Internet.

#### Diagramação eletrônica

Wemerson Duarte Macêdo

### PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

#### LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Procurador-Geral de Justiça

#### FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

#### MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

#### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau.

São Luís-MA. CEP: 65076-820.

Telefone: (98) 3219-1600 (98) 3231-2890.

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

#### Memorial do Ministério Público Estadual /

#### Centro Cultural e Administrativo

Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro.

São Luís-MA. CEP: 65020-910

Fone: (98) 3219-1804

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

#### Comissão Gestora do Programa Memória:

#### TEODORO PERES NETO

Procurador de Justiça / Coordenador

#### WASHINGTON LUIZ MACIEL CANTANHÊDE

Promotor de Justiça

#### CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO

Promotor de Justiça

#### ANA LUIZA ALMEIDA FERRO

Promotora de Justiça

#### MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

#### LUCINA MACEDO MEDEIROS

Coordenadora de Comunicação



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça